

Benzedeiras no mapa: cartografias de reconhecimento

TAISA LEWITZKI

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Antropologia, Curitiba - Paraná, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-5098-6598>
taisa.lewitzki@ufpr.br

A categoria “benzedeira” é representativa da diversidade de detentores de ofícios tradicionais de cura da região centro-sul do Paraná, que se autorreconhecem como benzedeira, benzedor, curandeira, curador, costureira de rendidura ou machucadura, rezadeira, rezador, mateira, massagista tradicional e parteira. Os detentores de ofícios são pessoas ou grupo que possui e transmite conhecimentos e habilidades relacionados a práticas culturais tradicionais (Iphan, 2000). O ofício de benzer é protagonizado por mulheres adultas e idosas, o que não exclui a participação de homens e jovens na cultura do benzimento. Cada indivíduo detém especificidades e especialidades associadas à trajetória, saberes e práticas que diferenciam e hierarquizam os detentores de ofícios tradicionais de cura. A identidade coletiva reivindicada pelo grupo articula e organiza diferenças em prol do reconhecimento das benzedeadas em sua diversidade.

As benzedeadas do centro-sul do Paraná passaram a organizar-se como movimento social de povos e comunidades tradicionais a partir de 2008, inicialmente nas cidades de Rebouças, São João do Triunfo e Irati, por meio do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA). O processo de organização e luta por reconhecimento de suas práticas e conhecimentos tradicionais de saúde popular, associado ao uso da biodiversidade da Floresta de Araucária, foi instrumentalizado pelo processo de mapeamento social.

A ferramenta cartográfica adotada por benzedeadas de diferentes comunidades de faxinais, comunidades rurais e bairros objetivou a demarcação da existência e importância do ofício de benzedeira na promoção da saúde e na manutenção da cultura tradicional, assim como a denúncia de violações e ameaças ao seu modo tradicional de vida. Dona Heleninha (2017), benzedeira do Faxinal dos Seixas em São João do Triunfo lembra: “Na época eu tinha medo, eu tava muito apedrejada no lugar por conta do benzimento, iam me entregar na igreja, entrava na igreja e o sermão do padre era falar das benzedeadas”.

A repressão de pessoas ligadas à igreja, a repressão de pessoas ligadas a órgãos de saúde, o preconceito, a crítica, a desvalorização, as ameaças, a perseguição, o medo, a falta de reconhecimento formal ou a falta de políticas públicas de reconhecimento e acolhimento das práticas tradicionais de cura, a falta de fé das pessoas (abuso das práticas tradicionais de cura), a falta de apoio da família, a falta de apoio da comunidade e demais organizações, a proibição de acesso às plantas medicinais, a contaminação das plantas medicinais por venenos, a falta de conhecimento das plantas medicinais pelos mais jovens, a extinção ou falta de plantas medicinais nativas, o desmatamento e a falta de interesse dos jovens são situações de conflito e ameaça mapeadas nas cartografias das benzedadeiras (PNCS, 2012, p. 14). Isso, em um contexto de invisibilidade social, marcado pela criminalização e prejuízo dos conhecimentos das benzedadeiras, o que pode ser entendido a partir da definição da filósofa norte-americana Nancy Fraser como injustiça cultural e simbólica.

Aqui a injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana). (Fraser, 2006, p. 231-239)

O mapeamento social converge com a demanda de reconhecimento cultural como forma de reparação da injustiça cultural e simbólica. O encontro das benzedadeiras com metodologias de automapeamento deve-se ao contexto sociopolítico de organização e reivindicação de identidades étnicas e coletivas, elaborados por povos e comunidades tradicionais do Brasil. Tal processo decorre do avanço legislativo vinculado a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, instituída pelo Decreto 6.040 de 2007. O cenário nacional de reconhecimento de territórios e identidades de populações tradicionais, viabilizou no Estado do Paraná a organização da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. A Rede Puxirão criada em 2007 é um espaço onde benzedadeiras, por meio do intercâmbio com diferentes coletivos, movimentos sociais, organizações não governamentais e universidades, apreenderam ferramentas para expressar formas de relação com o território e subsidiar o diálogo com o Estado, entre elas, a cartografia social.

A cartografia social surge como uma forma de representar territórios ausentes dos mapas oficiais. A nova cartografia social, cartografia social, contracartografia, cartografia crítica, mapeamento participativo, etnomapeamento, entre outras experiências, ademais de suas particularidades políticas, teóricas e metodológicas, são processos cartográficos que articulam conhecimentos técnicos associados à cartografia convencional, com conhecimentos empíricos sobre o território, incorporando perspectivas locais na produção de mapas.

A fim de compreender esse processo, antes de apresentar o mapeamento das benzedadeiras, abordo algumas discussões acerca do desenvolvimento dos mapas e as relações de poder adjacentes. A seção é um recorte bibliográfico, acerca da subjetividade dos mapas e sua potencialidade na representação de concepções específicas sobre o território, afastando-se da objetividade e neutralidade cartográfica defendida pela modernidade.

Na sequência, descrevo o processo de mapeamento social das benzedadeiras das cidades de Rebouças, São João do Triunfo e Irati, no interior do Estado do Paraná, a partir da relação com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (Rede Puxirão) e o Projeto Nova Cartografia Social (PNCS). A produção de cartografias sociais dos povos de faxinais, é um evento marcante na identificação e valorização das benzedadeiras, no contexto de avanços legislativos para efetivação de direitos coletivos e territoriais de povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Na seção a seguir, a partir do mapeamento das benzedadeiras, abordo as implicações organizativas, adjacentes ao processo de cartografia social e a conquista de leis municipais e estadual que resultaram das mobilizações do Movimento Aprendizes da Sabedoria. A articulação legislativa e o uso de ferramentas legais para salvaguarda das benzedadeiras, de forma coletiva e individual, extrapola a experiência do centro sul do Paraná. Nesse sentido, apresento iniciativas legais tanto no Paraná quanto em outros estados brasileiros que demonstram o uso de leis, decretos e moções de aplausos para homenagear e reconhecer benzedadeiras.

Na última seção, a fim de identificar experiências cartográficas que dialogam com as benzedadeiras do Movimento Aprendizes da Sabedoria, descrevo iniciativas de mapeamento e elaboração de mapas de benzedadeiras e parteiras, levadas adiante por coletivos, grupos e universidades, por meio de projetos de extensão, pesquisa e cultura. As cartografias diversificam as ferramentas de mapeamento e ampliam ações de visibilidade e valorização dos detentores de ofícios conforme os contextos e situações locais. Na conclusão, o artigo sintetiza que a apropriação de ferramentas de mapeamento no contexto das benzedadeiras implica tanto em processos de visibilidade social quanto no reconhecimento jurídico-formal.

Mapas e relações de poder

A partir do argumento de Otavio Rocha (2015, p. 6-15), “produzir mapas é sinônimo de poder”. Tal perspectiva sobre os mapas como objetos de disputa no campo simbólico e material, dialoga com o debate acerca da produção de mapas no contexto de povos e comunidades tradicionais do Brasil, a partir de processos de reivindicação de existências coletivas, identidades, territórios e modos de vida. Desta forma, a escolha pelo recorte bibliográfico, deve-se ao diálogo no campo antropológico e etnográfico, acerca da subjetividade dos mapas e sua potencialidade na representação de concepções específicas sobre o território, afastando-se da objetividade e neutralidade cartográfica defendida pela modernidade.

Os mapas são, desde sempre, objetos de disputa entre classes, grupos e indivíduos devido a sua aptidão nos processos de apropriação e controle territorial: produzir mapas é sinônimo de poder. Na tradição cartográfica da modernidade, os mapas caracterizam-se pela cientificidade, cartesismo, exclusividade do Estado no controle de sua produção e distribuição, e estiveram associados à ampliação dos mercados globais no contexto de expansão europeia, às finalidades militares e de controle dos territórios por agentes hegemônicos (Rocha, 2015, p. 6-15)

A partir de estudos realizados em vários campos das ciências sociais, os mapas passaram a ser vistos como constructos históricos, sociais e culturais, como representação subjetiva do território, confrontando noções da objetividade dos mapas advogada pela ciência cartográfica. A cartografia foi alvo

de reflexões a partir de diversas perspectivas, desde abordagens que tratavam de sua existência material enquanto objeto de afirmação de poder, até os sentidos metafóricos dados por filósofos e antropólogos críticos da modernidade ao tratarem de reflexões mais amplas associadas, sobretudo, à racionalidade científica e sua lógica taxonômica e hierarquizante. Alfredo Wagner Almeida (2013) atribui um importante destaque à contribuição destas reflexões para alavancar os estudos críticos sobre a cartografia.

Henri Acserald (2008) argumenta que os mapas, como instrumento de legitimação do Estado em diferentes momentos históricos, operam no sentido de orientar, definir, criar, estabelecer e sinalizar estratégias, fronteiras, limites, usos e apropriações de territórios e recursos. Alfredo Wagner Almeida (2013) acrescenta que os mapas são a expressão gráfica da dominialidade: “Quem era capaz de mapear o outro, o que foi muito característico da sociedade colonial, era aquele que tinha condição de se impor. Produzir mapa foi, no início, uma atividade militar” (Almeida, 2013, p. 257).

Nos últimos anos, observamos um significativo crescimento do número de pesquisas com abordagens críticas à cartografia, principalmente a partir da Antropologia. O recente movimento de popularização da cartografia, associado tanto à difusão da técnica e facilidades de acesso e uso, quanto ao resgate da dimensão territorial reivindicada por movimentos populares de diversas esferas, abriu espectros de possibilidades de inserção da pesquisa social, desde as mais convencionais, até práticas de “pesquisa-ação participativa”, no universo cartográfico (Acselrad, 2010, p. 9-15).

“O reencantamento da cartografia”, nos termos de Aurélio Vianna Jr (2009), é marcado pelo amplo processo de ressignificação e subversão da forma que compreendemos os mapas. O processo só foi possível quando os sujeitos sociais invisibilizados e silenciados “rompem com as formas tradicionais de se pensar e fazer cartografia desde o racionalismo do discurso científico e geográfico”, criando diversas representações alternativas do seu território, dos conflitos e das formas de resistência. Rocha (2015) adiciona que o mapa se configura como uma porta de acesso à complexidade da espacialidade humana, portanto, deve ser visto como algo que vai muito além de ilustrações e representações do espaço geográfico, sendo uma ferramenta eficaz para interlocução e mediação de modos de vida distintos.

Thiago Cardoso (2013) observa como o território e suas cartografias se constituem em processos, ou seja, o mapa não é um produto desvinculado da prática que o constrói, mas sim munido de intencionalidades, projetos, perspectivas e possibilidades. Os etnomapeamentos, portanto, exercem uma função pragmática ao instrumentalizar os povos indígenas e comunidades tradicionais nas disputas territoriais frente ao Estado, ao utilizar as técnicas e os sistemas reconhecidos por este, o que corresponde às convenções da cartografia convencional.

Nesse sentido, Taisa Lewitzki (2019, p. 183-184) argumenta que a construção dos próprios mapas pelas coletividades, opera como tecnologia social, visibiliza outros significados e relações, e coloca em voga o discurso oficial do ocultamento e/ou inexistência. Segundo a autora, “A domesticação das técnicas de etnomapeamento e cartografia social pelas coletividades é uma forma de potencialização da cartografia quanto ferramenta política que até então era domínio exclusivo do Estado”. (Lewitzki, 2019)

A apropriação da cartografia social como ferramenta de visibilidade, no contexto das benzedeadas, por um lado, questiona o discurso do ocultamento e, por outro lado, incide em políticas de reconhecimento. Adriane Andrade e Jorge Gómez (2019, p. 145), ao analisarem o processo de mapea-

mento das benzedeadas do município de Irati, consideram que o mapa tem o papel de problematizar e construir questões que em outros contextos não seriam evidenciadas pelos sujeitos sociais, “uma ferramenta onde os povos e comunidades tradicionais afirmam suas territorialidades, suas identidades, suas práticas e as diferentes formas de r-existir nesse território”.

Em diálogo com os autores, estar no mapa atesta a presença histórica, demarca a importância no contexto atual e projeta o futuro ao territorializar os conhecimentos e conflitos vivenciados pelas benzedeadas. Nesse sentido, faz-se necessário apresentar o processo de mapeamento social das benzedeadas, sobretudo como forma de resistência coletiva potencializada pelo gesto cartográfico.

Benzedeiras no mapa: cartografia social e resistência

A primeira experiência cartográfica das benzedeadas do centro-sul do Paraná ocorreu por intermédio das comunidades tradicionais de faxinais. Os faxinais são sistemas tradicionais de uso da terra encontrados principalmente no sul do Brasil, especificamente no estado do Paraná, são comunidades camponesas que detêm uso coletivo da terra, dispondo de regras específicas de manejo comunitário e sustentável do território, além de práticas culturais e formas organizativas singulares. A elaboração do automapeamento dos faxinais, realizado em 2007 no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social, identificou 227 comunidades no Paraná e mapeou a presença de benzedeadas como um elemento significativo na caracterização da identidade faxinalense.

O Projeto Nova Cartografia Social coordenado por antropólogos e antropólogas, é formado por uma rede de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e movimentos sociais que teve início nos anos 2000 no contexto amazônico. O PNCS representa a principal iniciativa brasileira no que corresponde ao automapeamento de povos indígenas e comunidades tradicionais em situação de conflitos socioambientais e disputa territorial. A expansão do Projeto para diferentes contextos, chegou ao sul do Brasil por meio dos faxinais, que elaboraram sua primeira cartografia social no ano de 2006, inaugurando a série de fascículos “Faxinalenses do Sul do Brasil”.

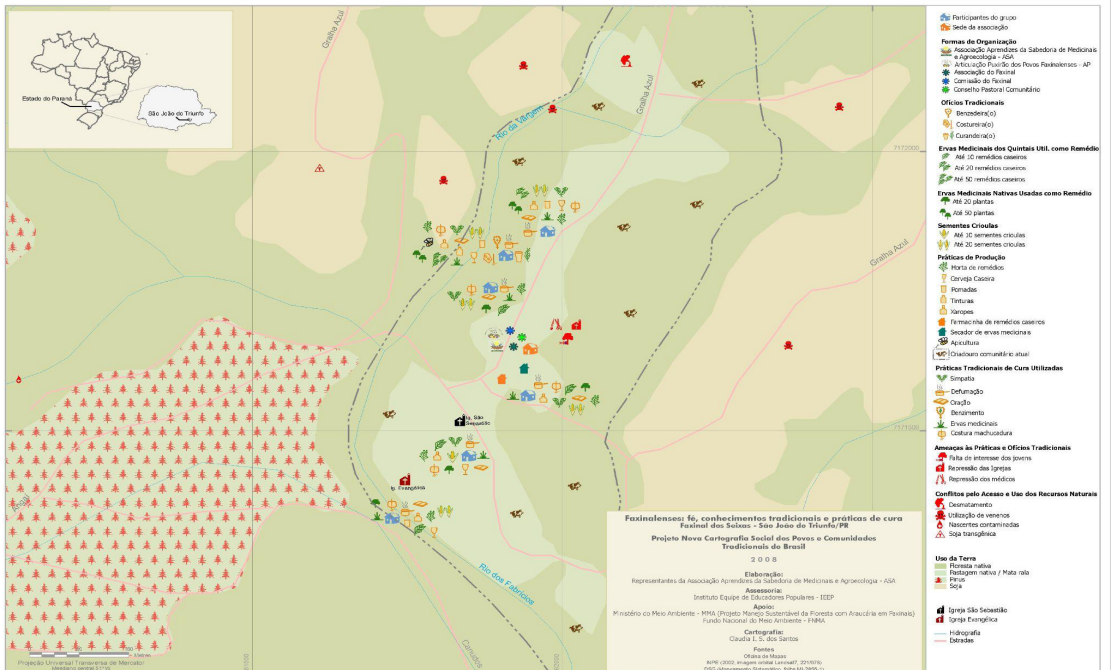
No mesmo período, o grupo de mulheres faxinalenses Aprendizes da Sabedoria (ASA), coletivo mobilizado no interior das comunidades de faxinais ao redor da agricultura agroecológica e plantas medicinais, com foco no conhecimento das mulheres na promoção da saúde popular, nos anos de 2006 e 2007, em parceria com a Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF), organização dos povos de faxinais, elaborou-se a cartografia intitulada “Faxinalenses: Fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”. O processo resultou na produção de três mapas, correspondentes ao Faxinal Rio do Couro (Irati), Faxinal Marmeleiro de Cima (Rebouças) e Faxinal dos Seixas (São João do Triunfo). Nos mapas, as benzedeadas assumem o protagonismo ao demarcar saberes e conhecimentos tradicionais associados ao uso de plantas medicinais e os conflitos enfrentados para manutenção dos dons, vista a desvalorização do ofício e a expansão do agronegócio em seus territórios de vida.

Esse mapa (Figura 1) apresenta as formas de organização em associações, grupos e movimentos sociais relacionados aos faxinais. Os ofícios tradicionais de benzedead(o), costureira(o) e curandeira(o) são representados pela georreferenciação da casa do detentor de ofício tradicional de cura, que demonstra

as diferentes categorias de autodefinição, e a localização territorial que orienta a distribuição dos outros elementos do mapa. A estimativa de ervas medicinais presentes nos quintais e utilizadas para fins medicinais, que variam de 10 a 50 plantas, e ervas medicinais nativas usadas como remédio, entre 20 e 50 espécies, destacam o conhecimento associado à sociobiodiversidade da Floresta de Araucária, representada no mapa pelo ícone do pinheiro, árvore símbolo do estado do Paraná e das matas de araucárias. Adicionalmente, as sementes crioulas das quais são guardiãs, e as práticas socioprodutivas como horta de remédios, cerveja caseira, pomadas, tinturas, xaropes, farmacinha de remédios caseiros, secador de ervas medicinais, apicultura e criadouro comunitário. Destaca-se o mapeamento da diversidade de práticas tradicionais de cura, simpatia, defumação, oração, benzimento, ervas medicinais, costura de machucadura.

A inovação do mapa é a autcartografia das benzedadeiras, a partir do registro de práticas de ordem material e imaterial, no plano físico e simbólico, que expressa a territorialidade do modo tradicional de vida das benzedadeiras faxinalenses, ao territorializar os ofícios tradicionais na escala do mapa. Em outras palavras, as benzedadeiras pertencem a um território que possibilita a reprodução de seus conhecimentos e práticas de cura, a partir das dinâmicas comunitárias e territoriais. Assim como evidencia os conflitos identificados por elas, destacados em vermelho (Figura 1), como o desinteresse dos jovens, a repressão das igrejas e médicos, dando voz às repressões históricas sofridas pelas benzedadeiras e que no presente geram processos de exclusão e preconceito. Além disso, denunciam as ameaças que avançam sobre os faxinais pelo desmatamento, utilização de venenos, contaminação de nascentes, soja transgênica e a monocultura de pinus, projetos incompatíveis com as práticas das benzedadeiras.

Figura 1: Mapa da Cartografia “Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura - Faxinal do Seixas, São João do Triunfo/PR.”



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2008).

O detalhamento da descrição dos elementos que compõem o mapa social das benzedadeiras é crucial, pois esse processo desempenhou um papel fundamental na organização das benzedadeiras em um movimento social, conferindo um caráter político aos seus saberes, dons e ofícios tradicionais de cura.

Conforme apontado por Denner Almeida (2013) e Michel Meira (2018), a cartografia impulsionou a formação e articulação do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA). O exercício cartográfico realizado por benzedadeiras e agricultoras faxinalenses, com o apoio de organizações da sociedade civil e universidades, promoveu reflexões sobre a importância dos ofícios tradicionais de cura na promoção da saúde popular, na manutenção da cultura local e na conservação ambiental do território. Meira (2018, p. 193) destaca que o fascículo resultante desse processo serviu de estímulo para a discussão dos ofícios tradicionais nas comunidades faxinalenses, uma vez que os mapas das comunidades revelaram a presença de diversos ofícios tradicionais de cura, como benzedores, benzedadeiras, curandeiros, costureiras de rendidura e parteiras.

Essa primeira cartografia foi fundamental para fortalecer a articulação do grupo de mulheres faxinalenses detentoras de ofícios tradicionais de cura, estabelecendo as bases para o 1º Encontro Regional das Benzedadeiras em 2008. Nesse encontro, foram evidenciadas as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas benzedadeiras, e foi possível construir e acionar uma identidade coletiva, expandindo a Associação Aprender da Sabedoria (ASA) para o Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA). O 1º Encontro Regional das Benzedadeiras marcou um ponto de virada na trajetória das benzedadeiras do centro-sul do Paraná, que formaram a primeira organização de benzedadeiras do Brasil, tendo como principal pauta a reivindicação da identidade coletiva como povos e comunidades tradicionais.

As dissertações de Denner Almeida (2013), Taisa Lewitzki (2019) e Adriane Andrade (2019) reconstituem a linha do tempo dos eventos que levaram à criação do MASA a partir dos anos 2000, e descrevem a rede de parcerias estabelecidas pelas benzedadeiras no campo dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, universidades e organizações não governamentais. Maria Glória Gohn (2001, p. 333) argumenta sobre a potencialidade das articulações entre organizações e a participação em redes, como forma de intercâmbio e aprendizado de saberes organizativos, por meio do encontro de experiências. A autora considera que há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, principalmente no âmbito da diversidade de atores, para ela, “a participação social em movimentos e ações coletivas, gera aprendizagens e saberes”.

No contexto das benzedadeiras, a participação em ações coletivas viabilizou o acesso e o aprendizado sobre ferramentas de confrontação, negociação e diálogo, com destaque para a nova cartografia social. A partir da criação do MASA em 2008, elas passaram a integrar a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, um espaço de articulação de movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais do Estado do Paraná. A Rede Puxirão adota a nova cartografia social como principal ferramenta de visibilidade e produção de informação sobre as populações tradicionais, no contexto de povos de faxinais, quilombolas, pescadores artesanais, ilhéus, cipozeiros e povos de terreiro.

A Carta Final do Encontro das Benzedadeiras, Rezadeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras (PNCS, 2012) registra a demandar daquele momento em saber quantas benzedadeiras existem, quais suas práticas e conflitos. A fim de expressar a existência e reivindicar o reconhecimento do Estado, por

meio de políticas associadas à saúde, à cultura e ao meio ambiente que pudessem subsidiar o enfrentamento ao preconceito e à criminalização dos ofícios tradicionais.

No I Encontro Regional das Benzedeiras, realizado em 2008 o principal objetivo era unir Benzedeiros de diferentes lugares, fomentando a troca de experiências e identificar as diferentes realidades. Com a grande presença de Benzedeiros no Encontro, foi despertada a preocupação em saber onde estavam os Benzedeiros e quais suas principais práticas de cura e seus conflitos e ameaças que ocasionam a invisibilidade social, também com intuito de identificar lideranças e mobilizar os Benzedeiros para conhecerem seus direitos. Para tanto, foi encaminhado a realização de um levantamento preliminar dos Detentores de Ofícios Tradicionais de Cura, primeiramente dos municípios de Rebouças e São João Triunfo, a definição dos municípios foi dada no Encontro, pois no momento o MASA recém-nascido ainda não teria condições de realizar a pesquisa em demais municípios. (PNCS, 2012, p. 4)

Nesse ambiente, a proximidade com o Projeto Nova Cartografia Social viabilizou a realização do Mapeamento das Benzedeiras, por meio do levantamento de dados quantitativos sobre o número de benzedeadas, e qualitativos em relação à diversidade de ofícios, práticas e vivências. A autocartografia surgiu como uma demanda coletiva, amparada pela metodologia de mapeamento participativo e financiada pelo Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e Ministério da Cultura (MinC), através de projetos captados pela ONG Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), que cumpriu papel preponderante na organização social das benzedeadas por meio da assessoria popular.

A pesquisa foi realizada por um grupo de benzedeadas que se constituíram como lideranças do MASA ao longo do processo, assumindo tanto responsabilidades quanto o protagonismo na realização do mapeamento. Lewitzki (2019, p. 186) descreve que o ato de mapear impulsiona “a movimentação pelo território, em que as benzedeadas se deslocam, fazendo com que conheçam outras benzedeadas e experiências em relação ao ofício e ao conhecimento tradicional de cura, refletindo no processo de mobilização social, assim como na construção do conhecimento tradicional das benzedeadas”.

Nesse sentido, cabe considerar a reflexão de Alfredo Wagner Almeida (2013, p. 158), antropólogo e coordenador do Projeto Nova Cartografia Social, ao observar que a metodologia da cartografia social faz com que as comunidades passem de “unidades sociais de referência” para “unidades de mobilização”. Em outras palavras, o exercício cartográfico proporcionou a formação e transformação do grupo no transcorrer do mapeamento. Elas ocuparam o espaço de pesquisadoras e lideranças, ao vincular atividades de pesquisa com ações de formação política. Ao se organizarem para visitar companheiras, conhecer detentores de ofícios de outras comunidades, apreender novas ferramentas, acessar conhecimentos, identificar conflitos e lidar com pautas emergentes de luta, assumiram a interlocução do grupo ao relacionar-se com situações de violência, e buscar formas de diálogo com órgãos públicos e entidades de apoio.

O Mapeamento Social seria a melhor ferramenta para identificar onde estavam os Benzedeiros e em que condições os mesmos se encontravam. Portanto em fevereiro de 2009, um grupo de lideranças do MASA de Rebouças e São João do Triunfo, juntamente com pesquisadores do PN-CSPCTB, realizaram vários momentos de capacitação em noções de GPS, máquina fotográfica,

gravador de voz e elaboração de um modelo de questionário a fim de colher informações sobre os ofícios tradicionais de cura, as práticas tradicionais de cura, as práticas tradicionais religiosas e/ou culturais, os conflitos e ameaças, nome, idade, endereço, georreferência, além de perguntas complementares sobre, como realiza as práticas tradicionais, com quem aprendeu, qual o santo de devoção, e como está se dando o repasse desses conhecimentos. (MASA, 2012, p. 4)

A questão mobilizadora do mapeamento era identificar o número de benzedeadas em exercício do ofício, e questionar, a partir de dados científicos, o imaginário acerca do desaparecimento das benzedeadas. Ao problematizar que a cultura não é um objeto em via de extinção, em diálogo com Sahlins (1997), Lewitzki (2019, p. 182) afirma que nos estudos acadêmicos sobre benzedeadas, “o discurso preponderante ao registrar tais conhecimentos e práticas é mediante a retórica de que estes estão se extinguindo, localizando as benzedeadas no espaço-tempo do passado e pouco voltando-se para sua presença atual e suas perspectivas de futuro”. Ou seja, se não há benzedeadas no presente, tampouco há projeção do futuro no que corresponde a políticas de manutenção do modo de vida das benzedeadas, que inclui tanto o ofício quanto o território.

Nesse cenário, estar no mapa é a forma encontrada pelas benzedeadas para expressar vivências e conhecimentos associados a um território de vida, e sobretudo afirmar a sua presença e importância nos dias de hoje. Ana Maria dos Santos (2017), benzedeadas e liderança do MASA, adiciona ao mapeamento o sentido da representação da existência: “No mundo inteiro, no Brasil inteiro existe essa prática de cura, às vezes elas não estão localizadas, não estão mapeadas, ninguém sabe onde elas se encontram e que práticas de cura fazem, mas elas existem”. No processo de identificação, a cartografia social ganhou um desenho específico, diferente dos trabalhos que vinham sendo realizados a partir de comunidades e territórios; nesse caso, foram geolocalizados os sujeitos, tomando como referência no mapa as casas das benzedeadas como centro do território, na escala geográfica dos municípios de Rebouças, São João do Triunfo e Irati.

A metodologia adotada no mapeamento consiste no levantamento das casas das benzedeadas, por meio de visitas realizadas por benzedeadas pesquisadoras e apoiadores. Antes disso, são realizadas oficinas de capacitação dos agentes de pesquisa em noções de captura de ponto de GPS (*Global Positioning System*), fotografia e entrevista, a partir de formulário com dados pessoais, práticas de cura, uso de plantas medicinais e conflitos identificados no exercício do ofício de cura. Em continuidade, foram realizadas reuniões nas comunidades para apresentação da proposta e elaboração do croqui por meio do desenho em papel, onde o mapa ganhou contornos específicos das realidades locais. Durante o processo, novas oficinas acolheram benzedeadas que passaram a integrar a equipe de mapeamento, bem como encontros para definição dos elementos do mapa, elaboração dos ícones das legendas, e revisão da cartografia digital elaborada a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Entre visitas de campo, oficinas da equipe de mapeamento, reuniões com o poder público municipal e participação em espaços de organização da Rede Puxirão, os encontros comunitários de benzedeadas ocuparam um lugar de destaque na metodologia do mapeamento. A reunião inédita entre benzedeadas foi primordial para o processo de formação e mobilização social, extrapolando o gesto cartográfico e incidindo na articulação sociopolítica, por meio do encontro de saberes e trajetórias.

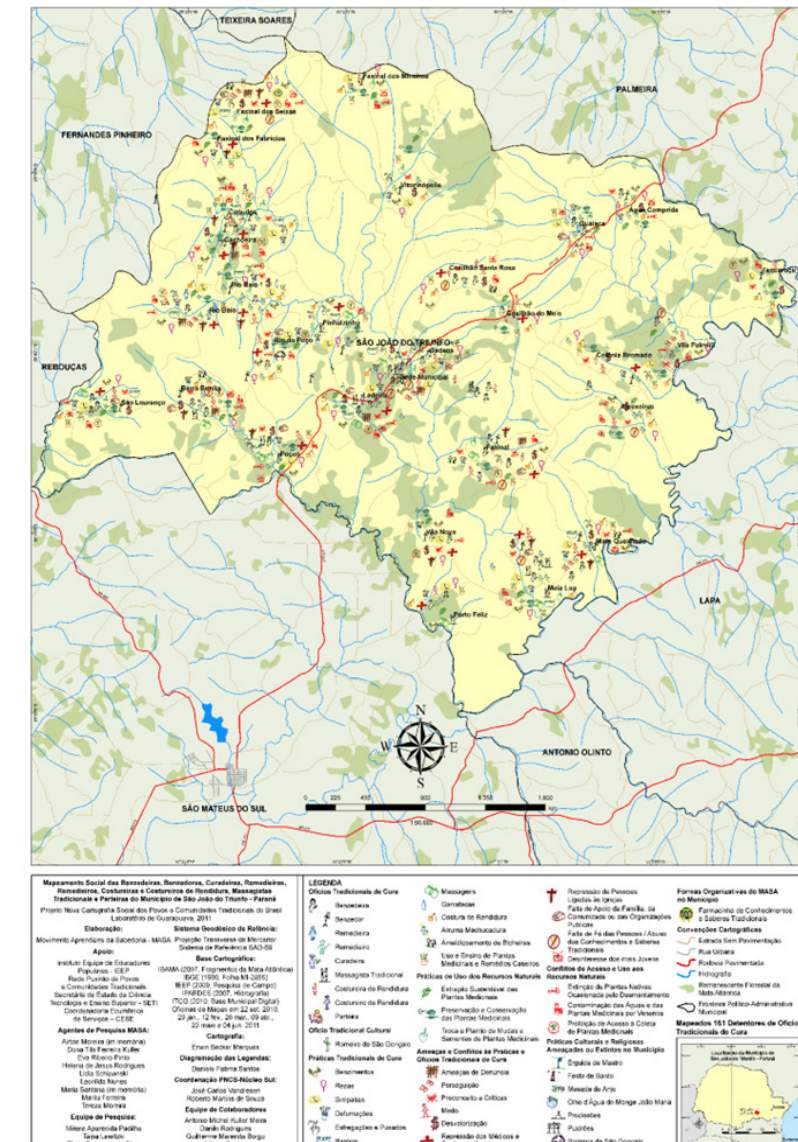
O principal elemento animador desses momentos foi a troca de experiência, muitas mudas, sementes, cascas e raízes de plantas medicinais foram trocadas além de inúmeras simpatias, benzimentos, rezas, defumações, remédios caseiros, massagens, esfregações, puxados, banhos, entre outras práticas. Estes espaços tiveram como objetivo promover a troca de experiências e apresentar a metodologia do Mapeamento às comunidades, momento especificamente dos Benzedores para falarem e se expressarem, deixando os mesmos livres a decidir sobre a adesão do Mapeamento Social em suas comunidades, em todos os casos a resposta foi positiva, todos se sentiam excluídos e relatavam a necessidade de saber onde se encontravam e em que condições estavam os demais Benzedores. (MASA, 2012, p. 4)

No ano de 2010, durante o I Encontro Municipal das Benzedeiras de Rebouças, foi lançado o Mapeamento Social das Benzedeiras, Benzedores, Curadeiras, Curadores, Costureiras e Costureiros de Rendidura/Machucadura e Parteiras, que revelou a presença de 133 detentores de ofícios tradicionais de cura, oriundos de comunidades rurais, faxinais e zona urbana do município de Rebouças, em um cenário de 14.176 habitantes (IBGE, 2010). O mesmo ocorreu em 2011, no município vizinho de São João do Triunfo, onde o Mapeamento Social das Benzedeiras, Benzedores, Curadeiras, Curadores, Remedieiras, Remedierios, Costureiras e Costureiros de Rendidura, Massagistas Tradicionais e Parteiras identificou 164 detentores de ofícios tradicionais de cura, no município com 13.704 habitantes (IBGE, 2010).

A estratégia de apresentação dos mapeamentos foram os encontros municipais de benzedeiras, realizados em espaços públicos na sede urbana das cidades e com ampla participação de detentores de ofícios tradicionais de cura mapeados nos respectivos municípios, além de representantes de movimentos sociais e entidades de apoio. Os representantes do legislativo e executivo municipal foram convidados a participar, com vistas à proposição de iniciativas legislativas, que resultaram nas primeiras leis de reconhecimento das benzedeiras no Brasil, como descrevo na sequência.

O Boletim Informativo “*Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: o direito de afirmação da identidade de benzedeiras e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná*”, publicado em 2012 pelo Projeto Nova Cartografia Social, apresenta a metodologia empregada na realização dos mapeamentos sociais, bem como o percurso organizativo das benzedeiras que incidiu na aprovação de leis municipais e na concretização do Movimento Aprendiz da Sabedoria.

Figura 2: Mapa do Mapeamento Social das Benzedeadas, Benzedores, Curandeiras, Remedeadas, Remedeados, Costureira e Costureiros de Rendidura, Massagistas Tradicionais e Parteiras do município de São João do Triunfo/PR.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2012).

O mapeamento, como ferramenta de reconhecimento jurídico-formal, passou a operar como principal estratégia adotada pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria. Nesse sentido, outras comunidades e municípios passaram a reivindicar a realização do “Mapeamento das Benzedadeiras”. No entanto, por questões orçamentárias e logísticas, apenas em 2016 o Movimento das Benzedadeiras iniciou o terceiro mapeamento, desta vez no município de Irati. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Irati, Instituto Federal do Paraná (IFPR), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). A equipe formada por benzedadeiras e pesquisadores identificou 184 benzedadeiras iratienses, uma demanda antiga, considerando que o município foi pioneiro na organização das benzedadeiras,

quando em 2007 participaram da nova cartografia social do Faxinal Rio do Couro, por meio do fascículo “Faxinalenses: fé e conhecimentos tradicionais”, como vimos na seção anterior.

Os três processos de mapeamento social, levados a cabo pelo Movimento das Benzedadeiras em Rebouças (2010), São João do Triunfo (2011) e Irati (2016), resultaram em cartografias de reconhecimento, por incidir diretamente na aprovação de leis municipais em Rebouças (2010), São João do Triunfo (2011) e Irati (2018), e subsidiar, desta maneira, a conquista da lei estadual das benzedadeiras do Paraná (2018).

Mapeamento social e reconhecimento jurídico

A associação entre mapa e lei é recorrente nas narrativas das benzedadeiras do MASA. A experiência cartográfica instrumentalizou o reconhecimento jurídico por meio de leis e decretos com foco na valorização do ofício de benzedeira em suas diferentes modalidades. A benzedeira Agda Andrade, do município de Rebouças, pontua a conquista de leis como um marco na trajetória das benzedadeiras; para ela, o medo vivenciado por gerações de benzedores é enfrentado com “organização, cartografia e leis”, ferramentas de luta que são complementares.

Tudo começo porque tinha muita perseguição sobre os benzimentos, eram perseguidas, as benzedadeiras tinham medo de ensinar um remédio e ser presa. Porque muitas pessoas aconteceram que ensinaram remédio pra uma pessoa que já tava pra morrer e foram denunciá. Que nem meu pai era remedieiro de homeopatia e benzimento, e aconteceu de morrer uma criança lá e denunciarem que era o remédio que ele ensinou que fez mal pra criança, foi chamado, foi denunciado. Não foi preso porque o povo não deixou, mas tudo foi lá e não deixaram, a criança já estavam morrendo quando levaram pra ele. As benzedadeiras tinham muito medo, depois que saiu essas leis, que foi organizado, criado o Movimento das Benzedadeiras, foi feito cartografia social, foi tirado os pontos de GPS, feito as carteirinhas, feito a lei, que tem a lei federal, a lei estadual, a lei municipal, a lei da Defensoria Pública, a OIT 169 lei que ampara as benzedadeiras é que se acabou o medo. Agora não temo medo de ensinar um remédio, de benzer, posso benzer onde for ninguém pode proibir, porque nós temos carteirinha. (Agda Andrade, Rebouças/PR, 2018)

A partir da cartografia social, as benzedadeiras passam a existir coletivamente na representação cartográfica, mas principalmente como identidade coletiva, acionada pelo mapeamento, e caracterizada pelo encontro de trajetórias e a identificação de conflitos e ameaças comuns, conhecimentos e violências que, ao serem demarcados no mapa, potencializam a discussão pública e coletiva sobre a questão das benzedadeiras. Tais ações incidem no enfrentamento da criminalização por órgãos e agentes públicos de saúde, no preconceito das igrejas cristãs, na desvalorização das gerações mais jovens e na destruição do território de vida levada a cabo pela privatização de territórios em prol do avanço do agronegócio sobre a região da Floresta de Araucária.

Com os mapas nas mãos, o Movimento Aprendizes da Sabedoria buscou vereadores que pudessem propor o reconhecimento jurídico-formal das benzedadeiras nos respectivos municípios mapeados. As leis, inovadoras no conteúdo correspondente a identidades e territórios coletivos, foram inspiradas na legislação nacional e internacional que ampara e reconhece os direitos identitários, étnicos e ter-

ritoriais dos povos e comunidades tradicionais, tendo como base a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, incorporada na legislação brasileira através do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004.

As Leis das Benzedadeiras, como foram popularizadas por elas, correspondem à Lei n.º 1.401 de 2010 de Rebouças e à Lei n.º 1.370 de 2011 de São João do Triunfo. O conteúdo das leis dispõe sobre “o processo de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros (a), curadores, costureiros (a) de rendiduras ou machucaduras e regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas” (Rebouças, 2010, p. 1-2).

O reconhecimento é operado pelo mecanismo de emissão da carteira e certificado de reconhecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da solicitação formal do Movimento Aprendizes da Sabedoria, que apresenta uma carta seguida de abaixo-assinado de autorreconhecimento da coletividade que usa os serviços da benzedeira em questão. Adicionalmente, a legislação regulamenta o livre acesso às plantas medicinais para fins de tratamento de saúde, a partir do conhecimento ecológico associado à biodiversidade local, com o objetivo de garantir o uso sustentável dos recursos florestais.

Art.4º As plantas nativas de uso medicinal existentes no Município de Rebouças são de livre acesso e uso comum das pessoas, que desejam realizar tratamentos medicinais, desde que orientados por detentores de “ofícios tradicionais” reconhecidos pelo Poder Público Municipal, sempre observando o uso sustentável e a conservação ambiental. (Rebouças, 2010, p. 1-2)

Agrega-se à regulamentação das plantas medicinais, “a eficácia simbólica da lei em relação ao livre acesso, age como um mecanismo de fortalecimento e valorização do uso das plantas medicinais nativas nos tratamentos terapêuticos, assim como a transmissão e movimentação dos conhecimentos tradicionais” (Lewitzki, 2019, p. 220). As plantas medicinais são primordiais a manutenção do ofício das benzedadeiras, sendo o intercâmbio de remédios caseiros uma prática nos encontros e um elemento diacrítico da identidade das benzedadeiras do centro-sul do Paraná.

A Lei n.º 4.543 de 18 de julho de 2018 do município de Irati mantém a mesma definição em relação ao livre acesso às plantas medicinais; no entanto, regulamenta a Política Municipal de Educação em Saúde, “valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e sua inserção no sistema municipal de saúde” (Irati, 2018, p. 1-2), que inclui as detentoras de práticas populares tradicionais em saúde.

§ 1º As pessoas detentoras de práticas populares tradicionais em saúde que desejarem obter documento de reconhecimento da importância das práticas complementares em saúde popular, em suas diferentes modalidades, deverão apresentar declaração, junto ao órgão responsável, do respectivo reconhecimento da coletividade usuária dos seus serviços, reconhecendo o domínio de conhecimentos e práticas tradicionais, cuja finalidade seja a saúde pública. (Irati, 2018, p. 1-2)

No âmbito do Estado do Paraná, a Lei n.º 19.689 de 5 de novembro de 2018 resultou no reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura de benzedeiros e benzedadeiras, costureiros e costureiras de ren-

didura e machucadura, massagistas tradicionais, rezadeiras, remedieiros e parteiras, bem como os ofícios tradicionais religiosos e culturais, expressos por romeiro de São Gonçalo, tocador de romaria e festeiros de santo, e as expressões culturais de romaria de São Gonçalo, mesadas de anjo, rezas e novena tradicional, das quais as benzedadeiras, em grande medida, protagonizam na posição de festeiras e rezadeiras.

Art 1º. Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná os saberes, conhecimentos e práticas tradicionais de saúde dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa dos benzedeiros e benzedadeiras, costureiros, costureiras de rendidura e machucadura, massagistas tradicionais, rezadeiras, remedieiros e parteiras do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal e no art. 191 da Constituição Estadual. (Paraná, 2018, p. 1-2).

Em relação ao reconhecimento por meio do patrimônio cultural imaterial, o município de Cruzeta, no Estado do Rio Grande do Norte, reconheceu em 2009 o ofício de rezadeiras, através de lei municipal. O estudo antropológico de Francismario Santos (2009) registra que a ação decorreu do Inventário da Cultura Imaterial do Seridó Potiguar realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que identificou o ofício de benzedadeiras e rezadeiras como referência cultural do Seridó potiguar. A Lei Estadual das Benzedadeiras abriu possibilidades para que os municípios paranaenses que não detêm leis municipais específicas possam desenvolver ações em prol das benzedadeiras com amparo da abordagem do patrimônio cultural imaterial. Da mesma forma, inspira outros estados brasileiros na adoção de medidas de salvaguarda, como a Lei nº 10.892 de 4 de maio de 2021, que reconhece como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Norte os saberes, os conhecimentos e as práticas tradicionais de saúde popular e cura religiosa das benzedadeiras.

Nesse sentido, cabe ressaltar a recente lei aprovada em 19 de abril de 2023 no município de Dois Vizinhos, na região sudoeste do Estado do Paraná, que dispõe sobre o reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa. A lei articula disposições presentes nas leis de Rebouças, São João do Triunfo e Irati, como o reconhecimento do ofício e a emissão do Certificado de Detentor de Ofícios Tradicionais de Saúde Popular, através da Secretaria de Saúde Municipal, assim como a lei estadual no que corresponde ao patrimônio imaterial. Adicionalmente, institui no Calendário Oficial do Município de Dois Vizinhos o “Dia Municipal do Ofício de Benzer”, a ser comemorado no dia 13 de maio, semelhante ao município de Contagem/MG, onde o Projeto de Lei nº 239/2021 inclui no Calendário Oficial do município o “Dia das Raizeiras e Benzedadeiras”.

Figura 3: Quadro das políticas de reconhecimento.

LEI	MUNICÍPIO UF	POLÍTICA DE RECONHECIMENTO
Lei n.º 1.401 de 2010	Rebouças/PR	Reconhece os ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros (a), curadores, costureiros (a) de rendiduras ou machucaduras e regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas.

Decreto n.º 027 de 2010	Rebouças/PR	Institui a Comissão de Saúde Popular.
Lei n.º 1.370 de 2011	São João do Triunfo/PR	Reconhece os ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros (a), curadores, costureiros (a) de rendiduras ou machucaduras e regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas.
Lei 17.425 de 18 de dezembro de 2012	Estado do Paraná	Cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná instituído pela Lei 17.425 de 18 de dezembro de 2012
Decreto Nº 8.750, de 9 de maio de 2016	República do Brasil	Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Lei 2042 de 2017	Rebouças/PR	Cria o “Parque Ambiental Municipal São João Maria”, com a área de 69.575,00 m² (sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), representando a totalidade do terreno urbano de propriedade do Município de Rebouças - PR.
Lei 4.543 de 18 de julho de 2018	Irati/PR	Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Popular em Saúde, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo a produção individual e coletiva de conhecimentos e sua inserção no sistema municipal de saúde.
Lei n. 19.689 5 de novembro de 2018	Estado do Paraná	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná os saberes, conhecimentos e práticas tradicionais de saúde dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa dos benzedeiros e benzedadeiras, costureiros, costureiras de rendidura e machucadura, massagistas tradicionais, rezadeiras, remedieiros e parteiras do Estado do Paraná.
Lei Nº 10.892, de 04 de maio de 2021	Estado do Rio Grande do Norte	Reconhece como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Norte, os saberes, os conhecimentos e as práticas tradicionais de saúde popular e cura religiosa das benzedadeiras.
Projeto de Lei do Legislativo nº 006/2023	Dois Vizinhos/PR	Reconhece os ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa no Município de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

Fonte: Taisa Lewitzki (2024).

Adicionalmente ao reconhecimento jurídico-formal, na forma de leis e decretos, cabe registrar o uso de Moção de Aplauso no reconhecimento das benzedadeiras. O instrumento é uma forma adotada pelo legislativo para estimular e homenagear as pessoas que, com suas ações, fizeram a diferença para a sociedade. Foram objeto de Moção de Aplauso em sua coletividade as benzedadeiras do Estado do Paraná nos municípios de Irati/PR (2014), Ponta Grossa/PR (2018) e Dois Vizinhos/PR (2023). No Estado do Rio Grande do Sul, a Comissão Gaúcha de Folclore, em 2019, usou do instrumento para reconhecer 12 benzedadeiras e benzedores de diferentes municípios. Na modalidade individual, identifica-se a aplicação em inúmeros municípios: Pato Branco/PR (2016); Viamão/RS (2018); Capivari do Sul/RS (2019); Flor da Serra do Sul/PR

(2020); Pinhalzinho/SP (2021); Bombinhas/SC (2021); Guarapari/ES (2021); Nova Canaã do Norte/MT (2021-22); Paraguaçu Paulista/SP; Gaspar/SC (2023); assim como no Estado do Tocantins (2021).

O Grande Expediente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, que é o período da sessão deliberativa ordinária ou da sessão de debates, foi ocupado em 2019 pelo projeto “As benzedadeiras de Florianópolis: inventariando saberes”. Na Casa Legislativa, tramita um projeto de lei que dispõe sobre o reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em Florianópolis, regulamentando o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas, conforme as leis municipais das benzedadeiras do Paraná.

É interessante observar a busca das benzedadeiras pelo reconhecimento das instituições formais como garantia de legitimidade, haja vista o histórico de criminalização e preconceito, exercido principalmente por órgãos oficiais. Desse modo, é no espaço público e por meio do ato legislativo que, de forma coletiva e individual, a conquista de leis, decretos, moções de aplauso, tecem uma rede jurídico-formal de valorização e reconhecimento, pelos caminhos dos direitos coletivos de povos e comunidades tradicionais ou ainda pelo viés do patrimônio cultural imaterial e da saúde popular.

Ao refletir sobre os desafios da efetivação das leis de povos e comunidades tradicionais, o advogado e professor Joaquim Shiraishi Neto (2005, p. 2) argumenta que nas iniciativas legislativas “fica evidente que as tentativas de adequar as situações vivenciadas aos modelos jurídicos preexistentes são totalmente incompatíveis, principalmente quando se referem àqueles direitos que dizem respeito à forma de ocupação e uso da terra e dos recursos naturais”. O conteúdo das leis coloca em questionamento os padrões jurídicos tradicionais, além do “antagonismo existente entre as noções de sujeito X identidade; e propriedade privada X território” (Shiraishi Neto, 2005, p. 2).

Entretanto, além das dificuldades da implementação das leis devido à especificidade do conteúdo, elas operam de forma simbólica no que corresponde ao reconhecimento de identidades e subjetividades, havendo significados próprios em cada contexto de aprovação. A apropriação da lei pelas benzedadeiras através de discursos, práticas e narrativas, que se materializa na carteirinha de benzedeira outorgada pelas leis municipais, é um elemento resultante do processo de organização sociopolítica, incidindo principalmente na trajetória de benzedadeiras que fazem parte de coletivos e movimentos sociais, que participaram ativamente do percurso de mapeamento social e proposição legislativa.

As leis, portanto, fazem parte de um conjunto de ações de reconhecimento, por meio da inclusão das benzedadeiras no debate público, que começaram a participar de conselhos, comissões e fóruns de políticas públicas, na área da saúde, cultura, meio ambiente, assistência social e educação. Com destaque para o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, instituído pela Lei n.º 17.425/2012 de 18 de dezembro de 2012, primeiro Conselho colegiado que na sua composição de membros titulares reserva participação para benzedadeiras, abrindo precedente para inclusão de benzededores no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil no ano de 2016.

Assim como, a participação em espaços acadêmicos, com ênfase nas universidades públicas, na condição de palestrantes em eventos e agentes de projetos de extensão e pesquisa, em diversas áreas do conhecimento. A conquista de prêmios de cultura e editais de incentivo, que resultam, entre outras ações, na elaboração de documentários, livros, cartilhas, boletins informativos e mapas que registram conhecimentos e saberes, ao tempo que fortalecem o ofício de benzer.

A partir da discussão de Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento, a autora faz uma distinção conceitual entre injustiça socioeconômica e injustiça cultural, e propõe caminhos para remediar a desigualdade material e cultural na sociedade pós-socialista. Nesse sentido, o termo genérico de “reconhecimento” acionado no presente trabalho é instrumental para entender o contexto das benzedadeiras, a partir da revalorização da identidade de benzedeira e agregação de significados positivos às práticas de cura.

O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. Embora esses remédios difiram significativamente entre si, doravante vou me referir a todo esse grupo pelo termo genérico “reconhecimento”. (Fraser, 2006, p. 232-239)

Nesse sentido, as políticas de reconhecimento impactam na relação simbólica e material que as benzedadeiras detêm com a trajetória de vida no benzimento, projetando possibilidades para o futuro e, desta forma, para a continuidade dos ofícios tradicionais de cura. A benzedeira Agda Andrade, no início do texto, assim como a benzedeira Ana Maria, oferecem relatos preciosos sobre a vivência de seus pais, que eram benzedores e experimentaram o medo no exercício do ofício de cura, como imperativo das relações da época, marcada pela criminalização dos benzedores. A percepção do medo é alterada pelo processo de reconhecimento, amparado pela coletividade organizada, abrindo caminhos tanto para a valorização quanto para a transmissão dos conhecimentos tradicionais de cura.

Meu pai era benzedor, mas não contava. Ele tinha medo de contar, não tinha nada que protegia ele, não tinha reunião, não tinha lei, não tinha Movimento, não tinha articulação, não tinha nada, ele fazia as coisas escondido. As pessoas iam lá em casa e ele pedia que não contassem. E hoje em dia não, nós já fomos reconhecidas, não somos mais escondidas, não somos mais com medo, podemos benzer sem medo, porque nós sabemos que estamos dentro de um Movimento, estamos articuladas, temos conhecimento do que protege. Depois veio as carteirinhas com a lei também, tudo isso ajudou pra que hoje não seja escondido, nem com medo. O pai fazia as curinhas dele com medo, o importante é você não ter medo de fazer o que você vai fazer, porque é um dom sagrado. Às vezes tem seu conhecimento e não passa para os outros porque tem medo, não precisa ter medo de passar seus conhecimentos. (Ana Maria Benzedeira, Rebouças/PR, 2017)

A experiência inédita de mulheres benzedadeiras, idosas e camponesas, na apropriação e operação de tecnologias de geoprocessamento, tais como GPS, SIG, máquina fotográfica, gravador, croqui e mapa, ferramentas que passaram a fazer parte do cotidiano do benzimento, assim como leis e certificados que integram o altar da benzedeira, onde são dispostos imagens de santos, rosários, velas e ervas medicinais, inspiram benzedadeiras de outras regiões e estados a demarcar sua presença nos mapas como estratégia de reconhecimento.

Mapeando iniciativas cartográficas

A partir do uso empregado à cartografia pelas benzedadeiras do centro-sul do Paraná, identifica-se a adoção de técnicas de mapeamento e cartografia participativa em diferentes projetos que visam ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial representado pelas benzedadeiras. O uso do mapa como tecnologia de reconhecimento evidencia que essa ferramenta é cada vez mais comum no contexto das benzedadeiras, eficaz no que corresponde ao diálogo e mediação entre benzedadeiras, e à interlocução com pesquisadores e poder público. Por isso, apresento abaixo algumas iniciativas de mapeamento de benzedadeiras que transcendem a experiência cartográfica do Movimento Aprendizizes da Sabedoria.

No Extremo Sul Catarinense, nos municípios de Sombrio, Meleiro, Jacinto Machado, Turvo, Balneário Gaivota e Araranguá, vinculado ao projeto de iniciação científica da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), iniciou-se no ano de 2016 o mapeamento de benzedeiros e benzedoras, por meio da história oral. Segundo Caroline Pereira (2016, p. 4), a escolha dos municípios deve-se a presença das práticas da benzedura, sendo a história oral a metodologia de registro dos saberes. “Através da oralidade damos voz a essas pessoas proporcionando um espaço para relatar sobre suas próprias experiências, onde o indivíduo irá voltar-se para as suas memórias e sua trajetória enquanto protagonistas do ato de benzer”.

O projeto “Benzedeiras e Benzedores de Florianópolis: inventariando saberes”, realizado pelo Espaço Arqueologia, viabilizado pela Lei de Incentivo Cultural de Florianópolis em 2019, identificou benzedeadas e benzedores da ilha de Florianópolis. Conforme vimos na seção anterior, além do mapeamento, a ação resultou no diálogo com a Câmara Municipal de Florianópolis, onde tramita o projeto de lei de reconhecimento das benzedeadas.

No Nordeste brasileiro, destaca-se a Cartografia de Parteiras Indígenas, ação associada ao Museu da Parteira, “uma iniciativa que planeja e realiza um conjunto de ações continuadas de salvaguarda, promoção e valorização dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais, abarcando a transversalidade das práticas de preservação do patrimônio cultural”. O espaço é coordenado pelas Associações de Parteiras Tradicionais de Jaboatão dos Guararapes e de Caruaru, Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco e Grupo Curumim. Entre as ações do Museu Vivo, realizou-se a Cartografia das Parteiras Indígenas: “A pesquisa mergulhou, mapeou e visibilizou o universo de saberes e práticas de parteiras indígenas de três etnias do estado de Pernambuco – Pankararu (Sertão de Itaparica), Pankará (Agreste Meridional) e Xukuru (Agreste Central)”.

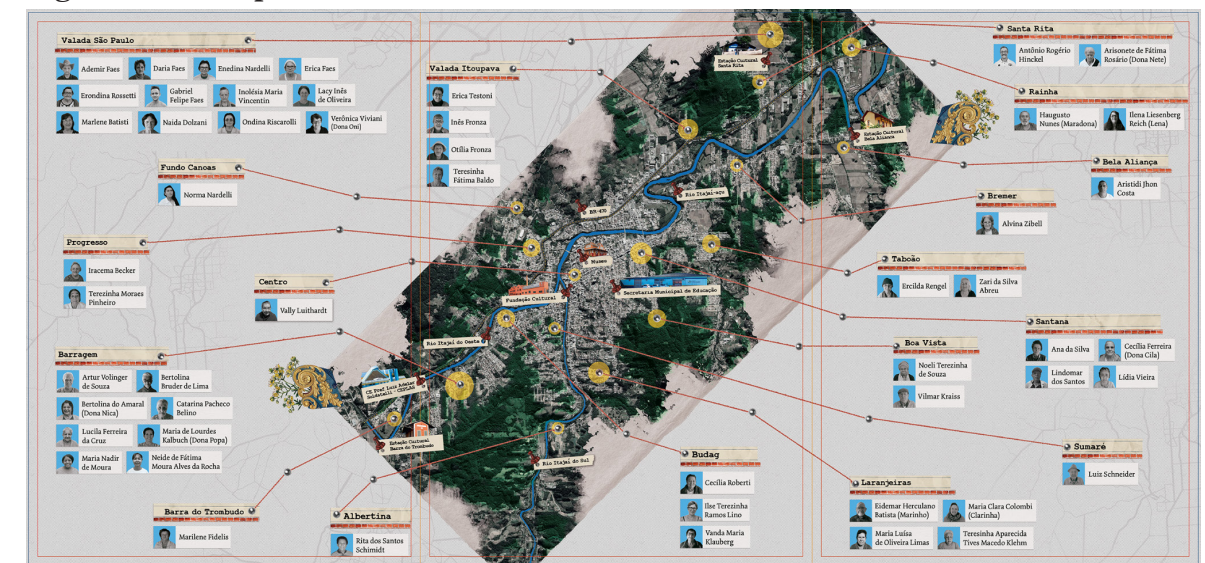
O projeto de extensão “Os saberes de benzedadeiras e benzedores: reconhecimento de patrimônio cultural no Sudoeste Paranaense”, levado adiante por professoras e estudantes da Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Campus Dois Vizinhos (UTFPR-DV), mapeia benzedadeiras no município de Dois Vizinhos. O projeto tem como objetivo “promover o reconhecimento e visibilidade na sociedade local, bem como junto ao poder público municipal, do patrimônio cultural imaterial que a prática da benzedura representa para o município”. Para as pesquisadoras, o mapeamento iniciado em 2019:

É uma ferramenta importante para a formação de grupos sociais organizados em identidades coletivas. Permite que eles, juntamente com suas entidades, lutem pela implementação de políticas

públicas de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais presentes nos ofícios tradicionais de cura religiosa e saúde popular. (UTFPR, 2023, s/p)

“Onde Moras? InfoMapa das benzedadeiras e benzedores de Rio do Sul” (Figura 4) é um projeto realizado por professoras e alunos do ensino fundamental público, que mapeou 52 benzedadeiras e benzedores, em 18 bairros do município de Rio do Sul, no interior do Estado de Santa Catarina. O projeto, classificado na área de Patrimônio Imaterial e Identidade no Edital do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo, financiado pelo Fundo Municipal de Cultura em 2020, resultou na elaboração de um site com o infomapa da localização das benzedadeiras e benzedores da cidade, com dados sobre suas histórias de vida, saberes de benzeção, formas de atendimento à população e localização. A iniciativa começou em 2019, a partir da discussão sobre as benzedadeiras no ambiente do ensino escolar de nível fundamental. A necessidade por conhecer as benzedadeiras e reconhecer sua importância como patrimônio imaterial levou as professoras a desenvolverem o projeto, finalizado em 2022.

Figura 4: Infomapa Benzedeiras e Benzedores do Rio do Sul.



Fonte: Projeto Onde Moras (2022).

Outra iniciativa de mapeamento, levada adiante pelo Departamento Cultural da Escola de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco no ano de 2021, é o “Mapa das Benzedeiras de São Paulo”, que identificou cerca de 80 benzedeiras, por meio do levantamento virtual, através de formulário disponibilizado nas redes sociais, com o objetivo de “facilitar o acesso a essas mulheres e homens que costumam ser difíceis de encontrar, mas são tão necessários para o benzimento de crianças, enfermos e necessitados”. No mesmo ano, a Escola da Barra Funda apresentou o samba-enredo “Rezadeiras – Na Fé do Trevo, Eu Te Benzo! Na Fé do Trevo, Eu Te Curo!”, que levou a cultura das benzedeiras para o Anhembi, sambódromo paulista, a partir de elementos que são referências na religiosidade brasileira.

Percebe-se que as iniciativas de mapeamento de benzedadeiras situam-se em maior número na região Sul do Brasil, primeiro no Estado do Paraná, e segundo no Estado de Santa Catarina. A realização dos processos

cartográficos em parceria com o setor público, através de projetos financiados por leis de incentivo cultural, ou ainda pelas universidades públicas na posição de promotoras ou financiadoras de boa parte das ações, sugere o diálogo de saberes e a cooperação entre pesquisadores acadêmicos, associações e movimentos sociais.

Adicionalmente, identifica-se que os processos de mapeamento se justificam pela valorização e visibilidade do patrimônio imaterial, definido pela política do patrimônio como: “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares” (Iphan, 2000, p. 1-2).

As formas de mapeamento recorrem a diferentes metodologias, que correspondem aos pesquisadores (formação, trajetória, método), às ferramentas de mapeamento (visitas de campo, questionário, formulário virtual, colaboração do público), ao tempo de pesquisa (duração do projeto de cultura, extensão e pesquisa, ou ainda estritamente ao tempo da pesquisa acadêmica quando associado à elaboração de monografia, dissertação e tese), recortes temáticos (benzedeiras, benzedores, parteiras indígenas, detentores de ofícios tradicionais) e geográficos (bairro, cidade, município, região, estado). Assim como, o formato de sistematização dos dados, elaboração do mapa e distribuição ao público, sendo os infográficos e mapas multimídia as principais ferramentas adotadas pelos mapeamentos identificados, que fornecem nome, ofício, idade, práticas, bairro/localização e, em alguns casos, foto, sendo comum aos processos de mapeamento a produção de documentários com depoimentos e narrativas dos sujeitos mapeados.

A importância e diversidade das iniciativas viabilizam um mapa de arranjos locais que incidem diretamente na valorização das benzedeiras e na interlocução com ações e políticas de reconhecimento no âmbito da cultura e do patrimônio imaterial. Entretanto, as experiências de mapeamento participativo, todavia, carecem de maior aprofundamento em relação aos usos e aplicações no contexto da organização social, da política e na busca de direitos, bem como os efeitos da visibilidade impactam no cotidiano das benzedeiras.

A discussão sobre a produção de mapas tem colocado a disparidade que existe entre as formas de representação de uma comunidade realizada por agentes externos e aquelas realizadas pelos próprios sujeitos. Tal discussão se estende também pelas relações de poder entre a “autoridade” e “legitimidade” dos conhecimentos técnicos e de especialistas ocidentais sobre os conhecimentos autóctones, situados e tradicionais, assim como pelo uso e interpretação dos mapas realizados por outros e utilizados nas investigações sociais ou nas políticas públicas. (Neves, Fialho, e Silva, 2018, p. 9)

De acordo com as autoras, é importante abordar cada processo de mapeamento em sua singularidade, afinal, mesmo os mapeamentos participativos podem ser tensionados pelas relações de poder, expressas pela autoridade e legitimidade, assim como na interpretação dos mapas e no uso na formulação de pesquisas e políticas públicas.

Conclusões

Considera-se que a apropriação da cartografia social pelas benzedeiras como ferramenta de mobilização resultou em processos de reconhecimento, porque oportunizou o encontro e a organização sociopolítica das benzedeiras. No entanto, deve-se considerar a especificidade do momento, associado

à organização de povos e comunidades tradicionais no Brasil, que forjaram o cenário político e jurídico propício ao avanço de direitos étnicos e coletivos.

A apropriação da técnica da cartografia como estratégia opera no sentido de “subverter a lógica dominante, o que possibilita a reconstrução do contexto político ou da estrutura de oportunidades, permitindo que grupos sociais historicamente invisibilizados possam enfrentar o poder de autoridades e forças antagônicas” (Neves, Fialho, e Silva, 2018, p. 11). Em sentido semelhante, a cartografia social das benzedeiras permite a mediação de conflitos, ao instrumentalizar o diálogo com atores que não pertencem ao grupo social das benzedeiras, no entanto, compreende a linguagem do Estado subsidiada pelo gesto cartográfico.

Observa-se, nesse processo, um crescimento exponencial das benzedeiras como interlocutoras da produção acadêmica, tanto no Estado do Paraná quanto no Brasil. Ou seja, o processo de visibilidade como caminho para o reconhecimento das benzedeiras mobiliza vários segmentos da sociedade, sendo interessante a vinculação dos processos de mapeamento social e organização política a projetos de pesquisa e extensão universitária, assim como à produção acadêmica.

Deve-se atentar que a produção crescente de mapas de benzedeiras corresponde a situações e contextos específicos, bem como a projetos e perspectivas dos grupos envolvidos; desta forma, são representações situacionais não estáticas, afinal, o modo de vida das benzedeiras é regido pela dinamicidade de suas práticas e dons, não sendo possível apreender a complexidade do todo em um mapa.

A visibilidade das benzedeiras do centro-sul do Paraná, por meio dos processos de mapeamento social, organização política, aprovação de leis específicas e conquista de prêmios, passou a ser referência para novas iniciativas que têm como objetivo a valorização e a salvaguarda dos detentores de ofícios tradicionais. Desta forma, percebe-se uma associação entre mapeamento social e reconhecimento jurídico-formal, sendo um caminho escolhido por coletividades que transcendem a especificidade das benzedeiras do centro-sul paranaense que se autorreconhecem como povos e comunidades tradicionais, abrindo possibilidades para diferentes estratégias de valorização e visibilidade que incidem em cartografias de reconhecimento.

Taisa Lewitzki é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

FINANCIAMENTO

Bolsa de Pós-doutorado da Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), no âmbito do Projeto TED N° 161/2023 Quilombos INCRA/UFPR.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), pelo acesso aos documentos e experiências apresentadas no I Encontro Estadual das Benzedadeiras (Irati, 2022); à Dra. Adriane de Andrade pelos diálogos sobre a produção científica em relação as benzedadeiras no Brasil; aos pareceristas anônimos, pelas sugestões para o aperfeiçoamento do artigo.

REFERÊNCIAS

Acselrad, H. (2008). *Cartografias sociais e território*. IPPUR/UFRJ.

Almeida, A. W. B. (2013). Nova cartografia social: Territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In A. W. B. Almeida & E. F. Junior (Eds.), *Povos e comunidades tradicionais: Nova cartografia social* (pp. 157-173). UEA Edições.

Almeida, D. M. (2013). *A comunicação pública e o capital social do Movimento Aprendizes da Sabedoria: Da (in)visibilidade ao empoderamento* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/31770>

Andrade, A. (2019). *O Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA): Tecendo territorialidades de cura na disputa por saberes comuns* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/64374>

Andrade, A., & Gómez, J. R. M. (2019). Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA): Cartografando processos de r-existência. *Revista Campo-Território*, 14(33), 1-22. <https://doi.org/10.14393/RCT143306>

Aprendizes da Sabedoria. (s.d.). Movimento Aprendizes da Sabedoria [Postagem no Facebook]. <https://www.facebook.com/profile.php?id=100063468529895>

Benzedadeiras de Florianópolis. (s.d.). Benzedadeiras de Florianópolis [Postagem no Facebook]. <https://www.facebook.com/benzedadeirasdeflorianopolis/>

Camisa Verde e Branco – Oficial. (s.d.). Mapa das Benzedadeiras de São Paulo [Postagem no Facebook]. <https://www.facebook.com/camisaverdeoficial/posts/o-departamento-cultural-do-est%C3%A1-organizando-um-mapa-de-benzedadeiras-e-gostar%C3%ADamos/4500005433364896/>

Cardoso, T. M. (2013). Malhas cartográficas: Técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas. In *Anais: IV Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (IV REACT)*. UNICAMP. <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1219>

Costa, C. B., Fernandes, P., Boeira, M. L., Marculino, L. T., & Rosa, W. R. (2021). Os saberes de benzedadeiras: patrimônio cultural no sudoeste paranaense. In *Anais: XI Seminário de Extensão e Inovação XXVI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica*. UTFPR.

DOIS VIZINHOS. (2023). Lei Ordinária n. 2713, de 2023. Reconhecimento dos detentores de ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa no município de Dois Vizinhos e das outras providências. *Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos*, Dois Vizinhos, PR.

Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 14/15, 231-239.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2000). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Brasília, DF.

IRATI. (2018). **Lei n. 4.543, de 18 de julho de 2018.** Política Municipal de Educação Popular em Saúde do Município de Irati/PR. Diário Oficial do Município de Irati, Irati, PR.

Lewitzki, T. (2019). *A vida das benzedeiras: caminhos e movimentos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/60887?show=full>

Meira, A. M. K. (2018). Mapeamentos sociais como ferramentas para discussão de políticas públicas para o reconhecimento formal das benzedeiras no Paraná. *Revista Inter-Ação*, 43(1), 187-201. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i1.45684>

Movimento Aprendizes da Sabedoria. [@movimentobenzedeirasparana]. (s.d.). [Postagem no Instagram]. <https://www.instagram.com/movimentobenzedeirasparana/>

Museu da Parteira. (s.d.). Cartografia de Parteiros Indígenas de Pernambuco | Segunda Etapa. <https://museudaparteira.org.br/acoes/cartografia-de-parteiras-indigenas-de-pernambuco-segunda-etapa/>

Neves, R., Fialho, V., & Silva, C. P. (2019). Dossiê: etnografia, mapas e o fazer antropológico. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(52). <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2018v-1n52ID17933>

PARANÁ. (2012). Lei n. 17.425, de 2012. Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, PR.

PARANÁ. (2018). Lei n. 19.689, de 5 de novembro de 2018. Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná os saberes, conhecimentos e práticas tradicionais de saúde dos ofícios tradicionais de saúde popular e cura religiosa. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, PR.

Pereira, C. A. (2016). *Entre rezas e práticas de curas: a presença das benzedeiras no Extremo Sul Catarinense* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Extremo Sul Catarinense. <https://repositorio.unesc.net/handle/1/6105>

Projeto “Onde Moras?”. (s.d.). InfoMapa das benzedeiras e benzedores de Rio do Sul. www.ondemoras.com.br

Projeto Nova Cartografia Social. (2007). *Fascículo 1 Povos de Faxinais*. Brasília: Design Casa 8.

Projeto Nova Cartografia Social. (2008). *Fascículo 1 Faxinalenses: fê, conhecimentos tradicionais e práticas de cura no Paraná*. Irati: Design Casa 8. <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-faxinalenses-fe-conhecimentos-tradicionais-e-praticas-de-cura/>

Projeto Nova Cartografia Social. (2012). *Boletim Informativo I “Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas: O direito de afirmação da identidade de benzedeiras e benzedores municípios de Rebouças e São João do Triunfo*. (Org.) Lewitzki, T. L., Editora da UEA. <http://novacartografiasocial.com.br/boletins/>

Projeto “Saberes de Benzedeiras e Benzedores: reconhecimento de patrimônio cultural no sudoeste paranaense”. (s.d.). <https://benzedeiras.github.io/>

REBOUÇAS. (2010). Lei n. 1.401, de 2010. Reconhecimento dos detentores de ofícios tradicionais de cura no Município de Rebouças/PR e regulamenta o livre acesso às plantas medicinais. *Diário Oficial do Município de Rebouças*, Rebouças, PR, 2010.

Rocha, O. G. (2015). *Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39122>

SÃO JOÃO DO TRIUNFO. (2011). Lei n. 1.370, de 2011. Reconhecimento dos detentores de ofícios tradicionais de cura no Município de São João do Triunfo/PR e regulamenta o livre acesso às plantas medicinais. *Diário Oficial do Município de São João do Triunfo*, São João do Triunfo, PR.

Santos, F. V. (2009). O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: Religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. *Revista CPC*, 8, 6–35. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i8p6-35>

Shiraishi Neto, J. (2005). “Crise” nos padrões jurídicos tradicionais: O direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. In *Anais: XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito*.

Vianna Jr, A. (2009). O reencantamento da cartografia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, (23). <https://diplomatique.org.br/o-reencantamento-da-cartografia/>

BENZEDEIRAS NO MAPA: CARTOGRAFIAS DE RECONHECIMENTO

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as cartografias sociais das benzedeiras do centro-sul do Paraná e como tais processos instrumentalizam políticas de reconhecimento. Para isso, apresento a discussão sobre cartografias de poder e resistência, para então descrever o processo de mapeamento social das benzedeiras das cidades de Rebouças, São João do Triunfo e Irati, no interior do Estado, associado ao processo de organização dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Na sequência, abordo as implicações organizativas, adjacentes ao processo de mapeamento social e a conquista de leis de reconhecimento. A partir das benzedeiras do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), identifico outras iniciativas cartográficas e legislativas que ampliam ações de reconhecimento. Por fim, conclui-se que a apropriação de ferramentas de mapeamento no contexto das benzedeiras implicou tanto em processos de visibilidade social quanto no reconhecimento jurídico-formal.

Palavras-chave: benzedeiras; cartografia social; mapeamento; reconhecimento; Estado do Paraná.

BENZEDEIRAS ON THE MAP: RECONNAISSANCE CARTOGRAPHIES

Abstract: This article aims to reflect on the social cartography of faith healers in central southern Paraná, and how such processes instrumentalize recognition policies. For this, I present the discussion about cartography of power and resistance and then describe the process of social mapping of healers in the cities of Rebouças, São João do Triunfo and Irati, in the interior of the State of Paraná, associated with the process of organization of traditional peoples and communities from Brazil. Next, I address the organizational implications, adjacent to the social mapping process and the achievement of recognition laws. From the healers of the Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), I identify other cartographic and legislative initiatives that expand recognition actions. Finally, it is concluded that the appropriation of mapping tools in the context of healers implied both processes of social visibility and formal legal recognition.

Keywords: healers; social cartography; mapping; recognition; State of Parana.

BENZEDEIRAS EN EL MAPA: CARTOGRAFÍAS DE RECONOCIMIENTO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la cartografía social de las curanderas en el centro sur de Paraná, y cómo esos procesos instrumentalizan las políticas de reconocimiento. Para eso, presento la discusión sobre la cartografía del poder y la resistencia, y luego describo el proceso de mapeo social de los curanderos en las ciudades de Rebouças, São João do Triunfo e Irati, en el interior del Estado de Paraná, asociado al proceso de organización de pueblos y comunidades tradicionales de Brasil. A continuación, abordo las implicaciones organizacionales, adyacentes al proceso de mapeo social y al logro de leyes de reconocimiento. Desde las curanderas del Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), identifico otras iniciativas cartográficas y legislativas que amplían las acciones de

reconocimiento. Finalmente, se concluye que la apropiación de herramientas de mapeo en el contexto de las curanderas implicó tanto procesos de visibilidad social como de reconocimiento legal formal.

Palabras clave: curanderos; cartografía social; cartografía; reconocimiento; Estado de Paraná.

SUBMETIDO: 14/06/2023
APROVADO: 11/01/2025
PUBLICADO: 31/07/2025



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons* BY-NC